

# Heidegger e o populacho<sup>1</sup>

## Knut Stuenkel/Universität Bielefeld

kstuenkel@hotmail.com

---

### Resumo

### Abstract

O artigo reflete sobre a inserção de Heidegger no seu momento histórico e levanta questões sobre seu verdadeiro compromisso político.

The article reflects upon Heidegger's insertion in his historical moment and raises questions about his real political commitment.

Palavras-chave: poder político, populacho, nacional-socialismo, democracia, história fatural.

Key-words: political power, populace, national-socialism, democracy, factual history.

---

### Introdução

A Heidegger não pode ser atribuído um pensamento político, mas sim um refletir sobre a política, na medida em que, de fato, o político é pensado como sintoma de algo diferente e mais fundamental. Para Heidegger, a política é tão somente a realização de decisões metafísicas mais originárias, ou a execução de categorias fundamentais metafísicas que nela encontram sua expressão mais visível (GS 210)<sup>1</sup>. Diante dessa realização, as figuras políticas atuantes tornam-se desinteressantes, pois no jogo de poder político não há, do ponto de vista metafísico, nenhuma diferença entre o ditador e o representante eleito do povo (GS 189). Eles são todos lacaios e executores de decisões metafísicas mais fundamentais.

Todavia, a política é uma região que também não deixa indiferente o analista das coisas mais fundamentais. Isso tem a ver com o desenvolvimento pessoal de Heidegger. Em uma carta a Elisabeth Blochmann, de 22 de junho de 1932, Heidegger dá informações sobre o que a política significa para ele. Aquela política que hoje é objeto de discussão é, na sua opinião, uma realidade puramente literária nascida da cultura burguesa que o leva "à paixão porque me transporta

---

<sup>1</sup>Tradução do alemão de Jordino Marques.

diretamente a lutas que muito raramente são defendidas com tal dureza.”

Política e discussão política são, pois, para Heidegger, ligadas intimamente com a detestável cultura da burguesia, tanto pessoal como filosoficamente. Essa cultura da burguesia foi o grande inimigo contra o qual Heidegger se empenhou em seu desenvolvimento pessoal e contra o qual ele dirigia seu programa de uma reforma radical das universidades. Política é o mais privilegiado *hobby* do adversário odiado, que não está absolutamente em condições de conhecer o que é realmente decisivo para a filosofia e para o ser do homem. Por isso, Heidegger atua conscientemente de modo apolítico, ou, como ele mesmo diria, suprapoliticamente. Ele recusa a única tarefa política de sua vida: o convite, depois da tomada do poder, para ir para Berlim e lá dirigir a reforma do professorado universitário (BW 58). Ele se preocupa, de preferência, com aquilo que é verdadeiramente revolucionário: a pesquisa do fundamento metafísico da política em geral, que pode mostrar uma transformação do modo de ser do homem. Política é algo para pessoas superficiais, que não podem ver absolutamente o problema autêntico.

A contribuição de Heidegger para o pensamento político é, antes de mais nada, a demonstração das estruturas metafísicas profundamente combalidas. Mas ele pode mostrar por que essas estruturas não são tão fáceis de se encontrar, ou seja, que mecanismos atuam para que elas permaneçam ocultas à maioria das pessoas. Isso acontece na crítica da linguagem política de seu tempo, cujas palavras-de-ordem são para ele um sintoma no qual é mostrada de modo convincente a superficialidade dos governantes de então, no que diz respeito a seus fundamentos autênticos. Para este programa, é muito interessante o tempo do pecado original político de Heidegger. Vemo-lo aqui em um vivo confronto crítico e intelectual com a situação de seu tempo, que aparece de maneira pormenorizada nos recentes volumes publicados da sua obra completa, como *Reflexão* (1938), *A história do ser*

(1938- 1940) *Metafísica e Nihilismo* (1939-1941). Os escritos são contemporâneos aos maiores sucessos de Hitler. Mais tarde, na crítica das palavras-chave do nacional-socialismo em seus fundamentos metafísicos e em seus dirigentes (sem excluir o próprio Hitler), torna-se muito clara a distância interior de Heidegger diante do regime. Essa distância advém diretamente de suas análises suprapartidárias. Para Heidegger, é exatamente a retirada do acontecimento político que lhe permite conhecer as deficiências do regime. Em minha exposição, gostaria de destacar primeiramente a crítica de Heidegger à linguagem política de seu tempo através de alguns exemplos significativos. Uma certeza de que aqui são escolhidos alguns dos exemplos mais conhecidos é oferecida pela comparação com dois outros autores que, a partir de um conhecimento íntimo das relações na Alemanha, confrontaram-se com a linguagem do nacional-socialismo. O primeiro é o professor de Romanística, Victor Klemperer, descendente de judeus, que permaneceu na Alemanha todos os 12 anos do reino de mil. Como portador da condecoração da Cruz de Ferro da Primeira Guerra Mundial e casado com uma ariana, foi preservado da deportação e da morte, até que, literalmente, no dia de sua prisão, foi salvo pelo acontecimento abominável que foi o bombardeamento de Dresden, em 1945. Ele e sua esposa puderam se salvar no meio da confusão e permanecer escondidos até o fim da guerra. Klemperer escreveu um diário de 1933 a 1945, que tratava de suas vivências como judeu no Terceiro Reich. Esse diário produziu na Alemanha, por ocasião de sua publicação, há poucos anos, uma grande sensação como apresentação autêntica das condições daquela época e como documento humano impressionante. Dele surgiu uma publicação em que Klemperer comunica suas observações sobre a linguagem e que recebeu o nome de *Lingua Tertii Imperii* (LTI), na qual Klemperer se ocupou com sua especialidade, a filologia, e também com o fenômeno do nacional-socialismo. Pretendo apoiar-me em ambos os textos.

O segundo autor é o publicista muito conhecido na Alemanha, Sebastian Haffner, falecido recentemente e que, entre outras coisas, escreveu uma importante interpretação de Hitler. Haffner emigrou em 1938 para a Inglaterra e lá foi autor de uma análise do regime nacional-socialista que tem por título *Germany: Jekyll and Hyde* – Alemanha vista por dentro. Haffner e Heidegger escreveram suas análises mais ou menos na mesma época, de modo que parece possível uma comparação entre as concepções fundamentais do nacional-socialismo desenvolvidas por ambos. Contra o jogo de palavras do nacional-socialismo, Heidegger apresenta seu próprio conceito de reflexão, cujas noções principais são colocadas diametralmente opostas às palavras-de-ordem do regime. Eu gostaria de caracterizar rapidamente esta concepção que representa a verdadeira revolução para Heidegger, em contraste com as palavras-chave tratadas na primeira parte. Depois da pesquisa da linguagem política, gostaria de tratar os conceitos metafísicos fundamentais (o poder *die Macht* e trama, *die Mache*) propostos por Heidegger, para, em uma terceira parte, esboçar a crítica de Heidegger àquelas pessoas que, na condição de detentoras do poder, não tinham a menor idéia do significado metafísico do poder. Heidegger chama, com freqüência, essas pessoas de “populacho”.

### A linguagem política – história fatural

Na LTI, segundo Klemperer, tudo adquire a dimensão histórica, mesmo acontecimentos em si sem sentido que se conectam com o nacional-socialismo, pois todo discurso de Hitler e toda frase de seus ajudantes tornam-se “acontecimento histórico” (LTI 62-63). A partir daqui começa um novo passo da história universal e com esse acontecimento a história da humanidade se orientou em rumos mais seguros. Por que essa consciência da história, por que esse insistir permanente no histórico factual? Segundo Heidegger, a concepção historial da história é uma compreensão que, a serviço do

esclarecimento da história, compõe-se de causas e finalidades desejadas (B 29). Em outras palavras, com o evento historial, com a história compreendida como história factual, a história se mostra como dirigível em determinadas direções que são, por isso mesmo, factíveis. História factual significa a compensação da história a serviço do planejamento completo (GS 100). O historial torna-se, dessa maneira, enquanto aquilo que é feito pelo homem, um meio para provar sua superioridade (B 34). Que o homem agora atreva-se também, no conceito do historial, a colocar a mão na história, é para Heidegger o início da completude da modernidade, que está de fato impregnada pelo pensamento do factível. "Agora a história é feita", é o grito de guerra de todos aqueles que prescreveram para si o esclarecimento historial do mundo (MN 97). O êxtase de poder que se segue a tal concepção esconde, todavia, o modo de contemplação necessariamente metafísico desse conceito (GS 189). Segundo Heidegger dá a conhecer, "o historicismo está ligado à trama de todo ente" (B 32). Não é pois a história factual que determina a vida, ou como diria Nietzsche, pesa sobre ela, mas a trama para o planejamento e a execução da vida que é responsável. O homem não faz absolutamente a história, mas a trama o faz um pensador historial. O historicismo não é, para Heidegger, motivo para uma autoconsciência exageradamente orgulhosa dos detentores do poder, mas a capitulação inconsciente do homem diante do poder da trama, que é o próprio ator nesse processo. Quando os nacional-socialistas utilizam continuamente a palavra "historial", repetem somente sempre sua própria falta de poder diante do poder da trama e se tornam figuras ridículas, através de desmedida e exagerada autovalorização.

### Dinâmica ou movimento

Klemperer e Haffner são unânimes: movimento é a própria essência do nacional-socialismo, que deve ser atribuída à totalidade da retórica política (LTI 290). O acento sobre o movimento e o dinâmico

conduz à tentativa de transformar toda a Alemanha em um gigantesco clube desportivo (JH 55), cuja direção se compõe dos mais inescrupulosos, portanto os mais dinâmicos (JH 70).

Movimento e história factual trabalham, segundo Heidegger, do ponto de vista metafísico, de mãos dadas. A idolatria do dinâmico é, para ele, a conseqüência da humanidade aparentemente dominadora, que pensa produzir o movimento de sua própria opinião (MN 94). Em função desse movimento, realiza-se planejamento, cálculo, organização e adestramento, não para algo parecido com um ideal, mas sim para êxtase do poder da pessoa que encena o movimento, ao fim e ao cabo, em função do próprio movimento (B 26). O valor único é o movimento em si (MN 116), conforme seu conceito metafísico: "a auto-inundação do movimento de força abandonado", como Heidegger o nomeia (B 18). Cada qual se vê, assim, seguro, enquanto movente movido na corrente da história factual factível, mediante seu achatamento incondicional no ativismo (MN 40). Como a arte atual, segundo Heidegger, o homem se compara a uma folha seca que rodopia e simula o movimento dinâmico considerado acima de todas as coisas (MN 108). O discurso do movimento, o estar ligado a uma corrente que não se detém na história factível, traz para o homem comum uma função de segurança na existência e uma possibilidade de solidariedade com outros; uma existência aparente, como Heidegger diz: "parecemos ser alguma coisa e afatigamo-nos no 'movimento', mas onde repouso e necessidade aparecem, não sabemos mais o que fazer conosco mesmos (BW 22)". Repouso e necessidade são necessários para poder superar o estágio metafísico na reflexão. Assim, o homem se transforma somente em um joguete inerte na corrente da história factual.

### **Atividade - decisão**

Para Haffner, o conceito de atividade, de operosidade decisiva, uma constante funesta no pensamento dos alemães, é uma explicação

para o sucesso político do nacional-socialismo. De fato, a operosidade é para a maioria dos alemães um fim em si mesmo, um valor absoluto (JH 47). Não se trata, porém, de modo algum, de algo que deve ser empreendido com operosidade, mas sim que algo aconteça. O mais importante é que algo seja feito. As repercussões desse fazer são, diante da operosidade com que a tarefa se realizou, totalmente indiferentes. Para Haffner, esse é o sonho dos alemães, provar ao mundo que quando operosidade e atividade são decisivamente executadas, elas são o bem absoluto, independentemente dos sacrifícios e repercussões com que são executadas (JH 51).

Para Heidegger, esse *pathos* da atividade é de tal modo executado que por si só conduz à erosão do próprio círculo de poder, e mesmo quando não se pode encontrar mais inimigos, eles são, no entanto, sempre procurados (B 20) e a aparência de atividade, energia e mobilidade deve ser sempre despertada, mesmo quando essa atividade já acabou há muito tempo (B 21). A atividade precisa de algo em que ela possa se ocupar. O próprio factível se eleva a fim de si mesmo; não se faz mais nada para se alcançar um fim, mas somente para se fazer alguma coisa. Símbolo para isso é a gradação de tudo no gigantesco, no qual o tecnicamente factível torna-se fim em si mesmo. Desse modo, segundo Heidegger, o gigantesco documenta a decisão de submissão à essência do poder (GS 78). Em outras palavras, isso significa que o gigantesco sonho de Albert Speer, de transformar Berlin em capital do mundo com o nome Germania, não dá testemunho da grandiosidade da atividade de seus construtores, mas somente da presunção sem rumo da operosidade transformada em fim em si mesmo e da prontidão para agir de seus indolentes construtores.

### Fé, providência, destino

O nacional-socialismo tinha na cabeça de seus convictos seguidores o *status* de uma fé inquebrantável, mantida por uma benevolente

providência e um bondoso destino. Correspondente a essa posição quase religiosa, a linguagem do Terceiro Reich é também, como Klemperer mostra, uma linguagem da fé (LTI 142), pela qual a fé incondicionada é jogada contra o pensar ou o saber (TI 590). Diante dessa fé fanática que encontra sua expressão na linguagem, é necessário que o ponto de interrogação seja considerado como a mais extrema posição contrária ao nacional-socialismo (LTI 95). A sujeição da capacidade de questionamento torna-se a principal tarefa da linguagem política, e não mais a argumentação ou a informação (TI . 402).

Heidegger relaciona a fé no destino e a compreensão historial da história (B 29). O sim incondicional ao destino parece para ele – diante da atuação desconhecida da trama na história fatural, que através desse sim é elevada à categoria de uma divindade – uma capitulação definitiva do homem diante da trama como saída no sem-saída (B 29). Dessa aceitação cega surge um modo de relacionar que, segundo Heidegger, é glorificado pelos que crêem no destino com o conceito de “atitude”, que é, para Heidegger, a noção de “realismo heróico”. Essa atitude acredita, através da simples aprovação da progressão da prepotência desenfreada no aumento da violência do poder dinâmico mas esvaziado, atingir aquilo que é (B 19). Na verdade, esse realismo heróico que se une a uma progressividade niveladora significa acompanhar oportunistamente o tempo (GS 15), significa a capitulação do homem diante do existente como tal (B 19), enquanto ele diz sim ao inevitável (GS 85). O heroísmo político que se crê seguro em sua atualidade não ousa a revolução decisiva; ele significa, na verdade, o medo diante do medo como aquilo que ao homem tira à força sua presunção estúpida (MN 61) e que lembra aos homens o ser. Desse modo, a atitude do realismo heróico é a última vitória do esquecimento do ser (B 20). Assim, a fé requerida no destino corresponde aqui à operosidade em função de si mesma, apostrofada como valor supremo. Uma atitude que exige um sim incondicional à pretensa



imutabilidade é uma fé que não se dirige mais para algo que se espera, mas que pode crer somente em si mesma. Desse modo, a fé no destino imutável se torna fé na fé (MN 115), que crê cega e incondicionalmente (MN 166). A teologia da providência que se expressa na linguagem do nacional-socialismo torna-se rapidamente, com fé na fé cega e fanática, uma diabologia (MN 155. Através da fé incondicionada no seu destino histórico factual, os fiéis supõem fazer parte do poder do inevitável e até mesmo se asseveram em senhores do destino. Desse modo, o mero sim ao poder não significa, para Heidegger, exatamente o domínio, mas sim, a mais baixa servidão (GS 21). A visão de mundo apoiada nessa fé como “o abuso da verdade sem fundamento no sentido da certeza da fé desdobra-se na incondicionalidade do mediano” (MN 113), na mediocridade cega dos detentores do poder que então se segue.

### Barulho

Essa fé incondicionada exige, por isso, um outro falar, diferente da pronúncia tranqüila e objetiva no sentido de uma argumentação. A fé precisa ser fabricada de outra maneira. Conforme Klemperer, não há no nacional-socialismo, em consequência disso, uma declaração tranqüila, mas somente a trilogia das reformas que consiste em defender-se, louvar-se e reclamar (TI 397). A força de convencimento do argumento é substituída pelo grito dos amplificadores. Do mesmo modo, Heidegger vê que em seu tempo a linguagem se funde em instrumento de introdução de opiniões quase ainda não pensadas e nas quais não se acreditava antes (GS 153). O presente pensante é desconcertado pelo barulho daqueles que a ele pertencem (GS 153) e por isso esse barulho como atitude do realismo histórico diante de todo excesso, é ainda considerado como decisão histórica factual, como história. Em relação a isso, Heidegger afirma que espaço, terra, região ou sangue tudo isso é um grito predileto do nacional-socialismo, que nunca possui força de impregnar ou vontade de condução (B 167). O

esvaziamento do poder aparece, assim, nos discursos, como exagero barulhento quando se sonha com as gigantescas possibilidades da desmedida (GS 47). Todas as outras coisas que a linguagem pode significar são varridas, pelo barulho dos oradores públicos, para debaixo do tapete; aquilo que pode se dirigir de outra maneira aos homens é através dela preservado em uma verborrêia pública que, fiel à concepção histórica historial, transforma-a no mais novo, ainda não visto, que quer ser melhor de que todas as coisas (GS 47). O fiel só se tranqüiliza no barulho por ele mesmo provocado. No mais, ele não pode suportar silêncio e reflexão.

### A contraposição heideggeriana: reflexão

História factual, movimento, atividade, fé e barulho são conceitos fundamentais da linguagem política do nacional-socialismo. A todos esses conceitos pode-se agregar um conceito correspondente do pensamento de Heidegger que é totalmente contrário ao conceito correspondente da LTI. Para os cinco conceitos acima citados teríamos história, mudança, renúncia, pergunta e silêncio. Se se resumem aquelas noções no conceito de heroísmo realista, então pode-se encontrar facilmente o contra-conceito heideggeriano do ano de 1938, que é reflexão. Para Heidegger, o modo de ser da reflexão é necessário contra o esquecimento do ser que se expressa por meio do falatório no heroísmo realista (B 20). Não se diz uma palavra de um pretense heroísmo que é sempre interpretado com boa regularidade na crítica superficial da análise da morte em *Ser e tempo* que coincide com o ingresso de Heidegger no partido nazista. Já naquela ocasião (1927), mas sobretudo depois de cinco anos de ditadura nazista, o heroísmo impregnado pela trama da proveniência pseudonietzschena é infinitamente distante da posição do pensamento de Heidegger. Diante do acionismo da linguagem oficial do partido, Heidegger exige muito mais a renúncia, que ele caracteriza melhor como a confiança

sobremaneira aguardada que vem do conhecimento do ser. Esse conhecimento não exige desperdiçar interesses, salvação ou esperanças de salvação (GS 31), nem mesmo assumir tentativas de alterações de visões de mundo ou transformação das culturas (GS 45). Seu credo filosófico diz que o pensador deve permanecer no pensamento e ele deve abster-se de toda tomada de posição sobre o poder (GS 73). Correspondentemente, o que se segue não é uma receita para o agir político, mas a expressão de uma posição do pensamento. Política é sempre corrompida pela trama. Heidegger tem ciência de que essa atitude passiva deve aparecer para os veneradores de operosidade e falsa atividade como uma fraqueza. (GS 21). Seu pretenso heroísmo é, para esse heroísmo, nada mais que uma abominável fraqueza. O pensador, no entanto, que quer seguir as pegadas dos traços fundamentais da metafísica da modernidade da qual o regime mostra as últimas etapas, para depois criar a prontidão para um outro começo, deve se abster de toda mancha da participação na ação política. Assim, ele pode desvendar a essência do político e, talvez, agir politicamente. Se essa atitude for realmente revolucionária, ela cria a possibilidade de um outro começo real, enquanto todas as outras revoluções varrem para fora o outro lado do até agora vigente (GS 23); do contrário, permanece intocável no jogo do poder consigo mesmo. Somente esse calculado renunciar ao poder funda em geral, na concepção de Heidegger, o domínio real. Senhor é aquele que reina sobre o poder e não tenta reinar com ele. Senhor é aquele que, com isso, muda a essência do poder, em vez de se submeter a seus mecanismos (GS 21). Esse domínio é aquilo que a alguém faz surgir a capacidade para a decisão (B 16). Contra o poder, Heidegger opta por uma fundamentação do senhorio a partir da noção grega de *charis* (GS 69) ou seja, a partir da graça ou do agradecimento diante do ser. Domínio é um presente do ser cuja voz, porém, é a voz do silêncio que oculta

toda espécie de barulho. O pensador deve, na perspectiva de Heidegger, para se preparar para o outro começo, dedicar-se à resignação e a uma longa espera, até que a voz do silêncio o alcance.

### O fundamento metafísico da política

Poder não é, para Heidegger, uma desgraça da história universal, no sentido de uma decadência histórica, mas uma essencialização do próprio ser (GS 64) como conseqüência da metafísica ocidental. A posição de Heidegger diante do fenômeno do poder não é, em conseqüência disso, a de uma total recusa, mas ela exige a contraposição com a história da metafísica como a história do ser. O ponto de partida para a identificação heideggeriana do fenômeno metafísico do poder (*die Macht*) é a trama (*die Mache*), na qual o sujeito se relaciona com os objetos existentes (GS 186). Ela é o mais significativo resultado da decisão fundamental metafísica que já estava presente na Antiguidade. O poder é essencialmente caracterizado pela trama, que determina as coisas disponíveis como objeto da tomada de posse. Para isso, o poder exige uma humanidade determinada que lhe é conforme (GS 186). Esta é uma humanidade que só se acomoda no factível do sujeito participante (B 17). Assim o homem se torna objeto do poder e não o poder do objeto de sua ousadia. Para essa transformação, o poder precisa transformar o homem de maneira determinada. Isso acontece através da prepotência ou do nivelamento da espécie humana por uma massa humana unitária que, como instrumento normatizado, está sempre pronta para se transformar aleatoriamente conforme as finalidades do poder (B 17). Ao poder pertence, por isso, incondicionalmente, a essência do comunismo (GS 80). Desse modo, a trama incontida desenvolve um determinado estilo, no qual sua época se deixa conhecer; ou seja, o assumir não mais obrigatório de todos os parceiros na construção da vida das massas regulada publicamente (B 32). Isso significa o domínio fundamental

de todo ente que se manifesta em uma construção do ente, em uma disponibilidade mais segura do que a que assim se constrói. Natureza acontece aqui somente no círculo de conhecidos de possível utilização e organização (B 30). Do mesmo modo, parece também a ação cultural da trama estar relacionada a seu planejamento. O poder deve, assim, como modo de ser que a tudo envolve, conceder sua publicidade específica (GS 79). O poder é também, como modo de ser, um horizonte específico que forma, segundo sua imagem, todos aqueles que estão sob sua influência. A construção do poder através do poder não significa que ele seja colocado à disposição, mas que o ente é organizado de tal modo que se torna utilizável para o poder. O poderio significa assim a obrigação de sempre se estender na construção do poder (GS 190). Que o poder agora seja autorizado a tudo que é alcançável, conduz a uma constante superação dele mesmo. A trama leva a forças inteiramente capazes de poder nesta constante autorização do poder. As forças capazes de poder que Heidegger determinou mais exatamente são, em primeiro lugar, o *dinâmico*, ou seja, a constante e finalmente indecisa gradação do poder por causa dele mesmo. Em seguida, a *totalidade* como identificação da região do poder, ela não tolera nada além de si mesma. Tudo precisa ser adaptado às necessidades da trama. Em terceiro lugar, o *imperial* que significa o caráter de comando do poder, com o qual o que é imperioso exige a submissão de sua própria essência do poder. Em quarto lugar, o *racional*, visa ao cálculo do ente submetido ao poder. Finalmente, em último lugar, o *planetário*, como expressão para o fato de que todo o planeta deve estar ligado à região da disponibilidade do poder (B 18).

O poder é, por isso, identificado por uma superação de si mesmo desorientada e constante; ele é construtivo na organização para sua finalidade e exclui, por isso, tudo que está fora (GS 62-63). O poder se torna fim em si mesmo e para alcançar esse fim, ele se usa a si mesmo, sendo desse modo o combustível de seu desenvolvimento (GS 75). A essa tomada de posse de si mesmo do poder Heidegger chama

de violência, uma capacidade mutável de subjugação que, na destruição de tudo aquilo que não está de acordo com o poder, chega à brutalidade. Aqui, a destruição se tornou fim em si mesma através da constante superação do poder (GS 76). A finalidade última da organização intrigante do ente e, por isso, do homem também, é, assim, a progressão da capacidade de brutalidade (MN 145). O poder liberado suspende, assim, a possibilidade do direito, de modo a poder se definir o direito como a retirada do poder (GS 62). Ele determina o direito que se degenera em um mero título para exigências do poder ou das liberdades (GS 185). Ele é, do mesmo modo, privilegiado através da falta da verdade, pois o verdadeiro é, para o poder, aquilo que é conforme a ele. Todas posições de poder são, por isso, segundo Heidegger, igualmente verdadeiras. Na busca de poder, todos e cada um mentem (GS 79). Indignação moral é, para isso, nada mais do que um protesto inútil, mas não uma resposta. Na época da trama, poder é igual à verdade e igual à liberdade, pois liberdade dentro da trama é definida como compreensão das necessidades do agir e estas necessidades se relacionam com as organizações da trama do ente. Por isso, para Heidegger, não se deve nunca deixar o poder de lado. Mesmo seu contrário, a impotência, não é uma superação do poder, pois na realidade ela almeja somente o poder. Resistir contra o poder significa colocar-se sob sua essência (GS 65-66). Assim, a resistência política é, para Heidegger, totalmente sem sentido, pois através dela a construção orientada para o poder do mundo somente continua a ser descrita. Por outro lado, o poder deve, segundo Heidegger, ser superado somente através dos necessitados do poder. Quando o poder colide contra o nada de si mesmo, ele então se esfacela (GS 70). Desse modo, o pensador se torna o melhor político, porque o mais inteligente. A resposta adequada para o caos do poder é a reflexão do pensamento que não necessita do poder

### Comunismo, bolchevismo, nacional-socialismo e democracia

Heidegger pode conduzir essas palavras a um denominador comum. Ele as quer pensar, na verdade, não como formas de estado, mas como composições metafísicas. Nesse ponto, Heidegger faz uma afirmação de certo modo estranha, quando diz que, do ponto de vista metafísico, bolchevismo, nacional-socialismo e democracia parlamentar são, em última análise, a mesma coisa, isto é, comunismo, pois este identifica a última porção da completude da modernidade (GS 206), a constituição histórica da época da completa falta de sentido (GS 39). Comunismo significa a autorização do poder no incondicionado da trama (GS 191). O comunismo é a constante construção do ente, a completa organização do ente diante das necessidades da trama, e, assim, foge do controle do homem e não é mais humano (GS 195). O comunismo constrói também o ente com o nome homem, no qual ele faz todos os homens tributários para si e os coloca todos juntos no *proletariado*. O comunismo reúne e generaliza o homem em uma essência de poder igualitária e utilizável. Através dele, surge o homem das massas. Esta sincronização dos homens para homens de massa faz um certo socialismo necessário em todas as formas de Estado, mas a construção do povo não conduz ao domínio do povo e sim à escravatura sob a bandeira da ostentação do poder, a tomada incondicional do poder do povo (GS 81). Domínio é, para Heidegger, alcançado através de coisas totalmente diferentes. Toda forma de Estado mantém a aparência democrática (GS 189). Esse socialismo popular é, então, para Heidegger, uma conseqüência direta da filosofia metafísica da subjetividade, do mesmo modo que o nacional-socialismo dos povos (GS 44). A filosofia do sujeito toma a decisão de pensar o mundo como relação sujeito-objeto. Todo objeto torna-se assim alguma coisa já existente e, em conseqüência disso, exposta ao ataque deste existente. O homem do povo torna-se objeto como qualquer outro, ao passo que, em contrapartida, cada povo, na condição de "sujeito coletivo", pensa

os outros povos como objeto. Objeto de uma possível conquista, de uma submissão etc. Aquele *movimento* que já traz no nome a ligação entre nacionalismo e socialismo é, por conseguinte, de certa forma, subjetivismo intensificado e potencial que se dedica a um êxtase incontido de poder. Heidegger confessa, no entanto, ser diferente o grau de subjetividade em cada socialismo e em cada nação (GS 44), mas ele é tão-somente gradual. O bolchevismo é, assim, forma de Estado de modo especial capaz de destruição (MN 147). Heidegger diz que vai chegar o tempo em que a democracia realista do senso comum, carregada da trama, e o planejamento heróico e racional da autoridade total se encontrarão, seja como bolchevismo, seja como nacional-socialismo, e se darão a conhecer como a mesma coisa (B 234). Do ponto de vista metafísico, são ambas formas de um único comunismo fundamental. E o perigo consiste, para Heidegger, exatamente em que o comunismo seja considerado ingenuamente como forma de Estado e sua essência espiritual, ou seja, sua origem, não seja conhecida (GS 204). Se se quiser superar o comunismo, não será suficiente suprimir a forma de Estado do comunismo. Desse modo, não se faria outra coisa do que o velho jogo do poder e a continuação do comunismo metafísico, quem sabe com o nome de uma democracia parlamentar ou de um Estado condutor. O comunismo metafísico tem que ser superado e isso acontece, conforme Heidegger, somente através do pensamento na atitude filosófica da reflexão que conhece as formas de estado da modernidade como uma só coisa.

### **Crítica a pessoas, a detentores do poder e ao populacho**

A posição de Heidegger para a identificação de figuras políticas importantes é inequívoca. Ela simplesmente não existe. O político importante utiliza o poder que lhe foi entregue de maneira determinada. Isso, no entanto, é, para Heidegger, por princípio, impossível. Detentores de poder dispõem tão-somente de meios de



poder. O poder fundamental para os meios do poder, no entanto, não pode ser apreendido, pois nós somente podemos ser possuídos por ele (GS 62-63). O poder não necessita de portadores; ao contrário, o poder possui os pretensos detentores de poder como seus dóceis lacaios para a constante superação de si próprio. A explicação de Heidegger para isso é que o poder é um tal modo de ser que não pode ser determinado pelo ente, embora a metafísica tenha sempre tentado fazer isso, quando procura explicar o ser a partir do ente. Evidentemente, não pode, por isso, acontecer uma tomada de poder como a de 30 de janeiro de 1933. Do ponto de vista metafísico, os pretensos detentores do poder compõem um teatro. Eles acham que têm o poder à sua disposição. Na verdade, no entanto, o poder tem de fato um poder sem limites sobre eles. O desejo do fantasma da posse incondicional do poder, que só se torna possível cada vez mais através da modernidade impregnada pela trama, leva, segundo Heidegger, ao fim da modernidade, ao aparecimento dos grandes criminosos que fazem a totalidade do planeta o campo de jogo de sua ação criminosa (GS 77). Esses criminosos planetários, como Heidegger os chama, são os que em sua vontade incondicionada de poder estão possuídos, no mais verdadeiro sentido da palavra, pelo poder; eles pertencem de corpo e alma ao poder e são seu instrumento dócil. A própria filosofia de Heidegger tornou-se um alvo de ataques desqualificados a partir dos que, do ponto de vista metafísico, são ignorantes; isto é, do populacho que exigia, por exemplo, que o sujeito único de *Ser e tempo* fosse substituído pelo sujeito povo (B 144). Segundo Heidegger, essa posição só contribuiria para fazer prosseguir a filosofia metafísica do sujeito. De modo especial, o populacho se escandalizou com a palavra *Jemeinigkeit* (que em *Ser e tempo* significava a relação do *Dasein* consigo mesmo). Este conceito é, de fato, quando cada um pensa com bases populares, escandaloso e suspeito de ser um individualismo. Tal acusação de individualismo tornou-se o principal golpe do populacho contra a ontologia fundamental e se distancia totalmente da intenção

de *Ser e tempo* (B 329). Quanto a ser sujeito do pensamento, o povo (ou um indivíduo) é, para Heidegger, do ponto de vista metafísico, totalmente indiferente. O decisivo é que ambos permanecem presos à filosofia do sujeito e, desse modo, podem ser imputados à trama. O populacho, conforme afirma Heidegger, descobre sempre tão-somente a própria incompreensão no pensamento de seu adversário (B 330). O que faz o populacho se tornar tal é, para Heidegger, seu entusiasmo diante de uma filosofia que consiste em palavras, mas eles não pensam em seus conceitos fundamentais próprios, apesar de acharem, no entanto, que seu pensamento é objetivo (GS 156). Esta inexperiência metafísica é apresentada, além disso, como filosofia do ato, embora os atores não sejam eles próprios, mas sim as noções metafísicas fundamentais irrefletidas que se tornam apropriadas para personalidades ridículas. As acusações de Heidegger não poupam ninguém, nem mesmo o criminoso principal. No parágrafo 47 de *Besinnung*, ele se ocupa com uma citação de um discurso de Hitler. Já no ponto de vista formal, Heidegger expressa sua oposição filosófica. Todo o parágrafo consiste em uma citação de um discurso e nas questões de Heidegger a esse discurso. Se Klemperer escreve que a ditadura exige fé incondicional, então a melhor resposta a essa exigência é o perguntar e o interrogar. A fé que Hitler exige não suporta um colocar em questão. Heidegger somente coloca questões e tematiza para isso o perguntar: será que a atitude exigida por Hitler não significa a renúncia ao questionamento, uma atitude que, conforme Heidegger, deve ser própria do filosofar? A proposta de Hitler não significa um jogar-se no ente? Isso se esclarece, então, com a expressão do heroísmo realista. Será que a utilidade é realmente a única medida etc. ? Essas questões múltiplas mostram que Hitler também não tem clareza sobre as noções metafísicas fundamentais que o pressupõem e, portanto, que ele age exatamente como os outros do populacho .

## Conclusão

Heidegger não foi, certamente, um lutador da resistência. Sua compreensão sobre a essência do poder não podia permitir isso. Ele não foi, certamente, um nacional-socialista. Nesta perspectiva, Heidegger foi, do ponto de vista político, um anarquista extremo. Aquilo que ele supunha revolucunário neste movimento atraiu-o, de modo especial a possibilidade de poder realizar uma revolução na filosofia em relação às pessoas que se ocupavam com filosofia, à odiada burguesia da cultura liberal e aos fundamentos metafísicos da filosofia. Para tanto, porém, o Terceiro Reich mostrou-se muito pouco revolucionário. Ao contrário, na incomensurável superação da desordem da trama, ele se mostrou exemplarmente conservador. Aprendemos a interpretar a intensificação da revolução como intensificação de violência. Contra isso Heidegger procura mostrar que a mais alta capacidade revolucionária repousa exatamente na passividade e na renúncia. Do ponto de vista filosófico, Heidegger foi muito longe em relação ao nacional-socialismo. Quem ousa questionar Hitler coloca então questão no lugar da fé e realiza já, com uma visão de mundo que exige fé incondicionada e fanática, o crime de alta traição. No entanto, a pergunta fundamental permanece: os fundamentos da ditadura podem ser atingidos com o aporte filosófico? A filosofia foi a profissão de Heidegger e, desse modo, a região em que sua capacidade de oposição melhor podia se desenvolver. Será que ele realizou, desse modo, seu dever de oposição? A filosofia poderia aparecer como fuga da realidade, se aquilo que Heidegger pesquisou pudesse ser indicado como verdadeira realidade. Ele comentou que Jaspers escreveu um livro sobre a situação espiritual do nosso tempo, sem saber nada sobre ela (BW 46). Mas é preciso ver que isso acaba sendo uma sátira de si mesmo, quando o pensador reclama por reflexão exatamente no momento em que, ao seu redor, surgem os campos de concentração. Em seu lindo mundo novo da reflexão, Heidegger atua então de modo

ignorante diante da realidade, como faz o populacho em sua descrição.

A questão é se a reflexão sobre os fundamentos da política deve agir politicamente. Em caso afirmativo, quem reflete sobre política deve também se tornar ativo politicamente? Heidegger não pensa politicamente, mas metafisicamente, e isso é, no modo mais radical, tornar-se ativo. O fato de que aqui permanece, no entanto, um mal-estar aponta em geral para o problema fundamental da relação entre a filosofia e o mundo

#### Notas

<sup>1</sup> Neste trabalho, as referências aos textos de Heidegger, Haffner e Klemperer aparecem com as abreviações B, GS, MN, T, II, LTI e JH, seguidas do número da página correspondente. A indicação da Correspondência de Heidegger com Elisabeth Blochmann (aqui abreviada como BW, para Briefwechsel) faz-se acompanhar pelo número da carta, ao invés do número da página.

#### Rerências bibliográficas

- HEIDEGGER, Martin-BLOCHMANN, Elisabeth. *Briefwechsel*. STORCK, Joachim (Org.). Marbach am Neckar: 1989 (BW).
- HEIDEGGER, Martin, *Besinnung*, ed. por Friedrich- Wilhelm von Herrmann, Frankfurt am Main: 1997 (B).
- \_\_\_\_\_. *Die Geschichte des Seyns*, Peter Trawny (Ed.). Frankfurt am Main : 1998 (GS).
- \_\_\_\_\_. *Metaphysik und Nihilismus*, Hans Joachim Friedrich, (Ed.). Frankfurt am Main : 1999 (MN).
- HAFFNER, Sebastian. *Germany: Jekyll und Hide*. Deutschland von innen betrachtet. Berlin : 1996 (JH).
- KLEMPERER, Victor. *Ich will Zeugnis ablegen bis zum letzten*. Diários, 1933-1945. Walter Nowojski (Ed.). Berlin : 1995 ( TI, T II).
- \_\_\_\_\_. *LTI, Notizbuch eines Philologen*. Leipzig : 1996 (LTI).